

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.784.381 - PR (2018/0322850-8)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : RAFAEL BOGO
ADVOGADOS : ISRAEL BOGO - PR040917
DANIEL BOGO - PR074229
AGRAVADO : ACADIO POERSCH
ADVOGADO : GILCIMAR MACHADO DA SILVA E OUTRO(S) - PR047891

DECISÃO

Cuida-se de agravo interno, interposto por RAFAEL BOGO, em face de decisão monocrática da lavra deste signatário, acostada às fls. 710/713, e-STJ, que negou provimento ao recurso especial, ante a incidência das Súmulas 83 e 7 do STJ.

Inconformado, o insurgente interpõe agravo interno (fls. 716/7333, e-STJ), no qual combate os fundamentos da decisão monocrática supracitados e reitera os argumentos lançados nas razões do apelo extremo no tocante à possibilidade da penhora de parte da propriedade rural, tendo em vista que a constrição desta fração não compromete a moradia ou a subsistência da unidade familiar.

Sustenta, ainda, que a jurisprudência do STJ estabeleceu que a impenhorabilidade da pequena propriedade rural recai apenas sobre 01 (um) modulo fiscal e não sobre 04 (quatro), como decidido pelo Tribunal local.

Requer, por fim, a reconsideração da decisão monocrática ou sua reforma pelo Colegiado.

Sem impugnação (fl. 736, e-STJ).

Tendo em vista as razões invocadas no agravo interno reconsidero a decisão de fls. 710/713, e-STJ e passo, de pronto, à nova análise do recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, desafiou acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado (fl. 481, e-STJ):

AGRAVO DE INSTRUMENTO - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA QUE INDEFERIU O PEDIDO DE IMPENHORABILIDADE ABSOLUTA DO IMÓVEL, PENHOROU UM 01 (UM) ALQUEIRE DE TERRAS, SEM BENFEITORIAS E INDEFERIU O PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA.

1. Pequena propriedade rural. Impenhorabilidade reconhecida. Parte devedora que reside no imóvel e de lá retira sua subsistência e de sua família. Direito e garantia fundamental, nos termos do art. 5.º, inc. XXVI, Carta Magna e no art. nº 833, VIII, do Código de Processo Civil.

2. Justiça gratuita. Deferimento. Elementos constantes nos autos demonstram a dificuldade financeira do agravante.

RECURSO PROVIDO.

Opostos embargos de declaração (fls. 505/512, e-STJ), esses foram rejeitados.

Em suas razões de recurso especial (fls. 556/589, e-STJ), o recorrente apontou, além de dissídio jurisprudencial, ofensa aos artigos 489 e 833 do Código de Processo Civil/15; 4º da Lei 4.504/64; 4º da Lei 8.629/93. Sustentou, em suma, a

possibilidade da penhora de parte da propriedade rural, tendo em vista que a constrição desta fração não compromete a moradia ou a subsistência da unidade familiar.

Contrarrazões às fls. 656/670, e-STJ.

Após a decisão de admissão do recurso especial (fls. 701/702, e-STJ), os autos ascenderam a esta egrégia Corte de Justiça.

É o relatório.

Decido.

A irresignação merece prosperar.

1. Com efeito, "o STJ vem adotando o entendimento de que, para efeitos de impenhorabilidade, a pequena propriedade rural é aquela que **não seja superior a um módulo fiscal da região**, afastando a definição dada pelo art 4º, II, da Lei 8.623/93". (REsp 1693266/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe 10/10/2017).

Nesse mesmo sentido:

RECURSO ESPECIAL - IMPENHORABILIDADE DA PEQUENA PROPRIEDADE RURAL - DIREITO FUNDAMENTAL QUE, A DESPEITO DA AUSÊNCIA DE LEI REGULAMENTADORA, TEM APLICAÇÃO IMEDIATA - ESTATUTO DA TERRA - CONCEITOS DE MÓDULO RURAL E FISCAL - ADOÇÃO - EXTENSÃO DE TERRA RURAL MÍNIMA, SUFICIENTE E NECESSÁRIA, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES (ECONÔMICAS) ESPECÍFICAS DA REGIÃO, QUE PROPICIE AO PROPRIETÁRIO E SUA FAMÍLIA O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA PARA SEU SUSTENTO - CONCEITO QUE BEM SE AMOLDA À FINALIDADE PERSEGUIDA PELO INSTITUTO DA IMPENHORABILIDADE DE PEQUENA PROPRIEDADE RURAL - CONCEITO CONSTANTE DA LEI N. 8.629/93 - INAPLICABILIDADE À ESPÉCIE - RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO.

I - Não há, até o momento, no ordenamento jurídico nacional, lei que defina, para efeitos de impenhorabilidade, o que seja "pequena propriedade rural". A despeito da lacuna legislativa, é certo que referido direito fundamental, conforme preceitua o § 1º, do artigo 5º da Constituição Federal, tem aplicação imediata. Deve-se, por consequência, extrair das leis postas de cunho agrário exegese que permita conferir proteção à propriedade rural (tida por pequena - conceito, como visto, indefinido) e trabalhada pela família;

II - O conceito de módulo rural, ainda que absolutamente distinto da definição de fração mínima de parcelamento, seja quanto ao conteúdo, seja quanto à finalidade dos institutos, conforme, aliás, esta a. Corte já decidiu (ut REsp 66672/RS, Relator Ministro Ruy Rosado de Aguiar, DJ. 15/08/1995), é, na prática, indistintamente tomado por aquela;

III - A definição do módulo fiscal efetuada pelo Estatuto da Terra, além de considerar os fatores específicos da exploração econômica própria da região, imprescindíveis para o bom desenvolvimento da atividade agrícola pelo proprietário do imóvel, utiliza também, em sua mensuração, o conceito de propriedade familiar (módulo rural), como visto, necessário, indiscutivelmente, à caracterização da pequena propriedade rural para efeito de impenhorabilidade;

IV - Por definição legal, um módulo fiscal deve abranger, de acordo com as condições específicas de cada região, uma porção de terras, mínima e suficiente, em que a exploração da atividade agropecuária

mostre-se economicamente viável pelo agricultor e sua família, o que, como visto, bem atende ao preceito constitucional afeto à impenhorabilidade;

V - A Lei n. 8.629/93, ao regulamentar o artigo 185 da Constituição Federal, que, ressalte-se, trata de desapropriação para fins de reforma agrária, e definir o que seja "pequena propriedade rural", o fez tão-somente para efeitos daquela lei.

VI - Veja-se que, se um módulo fiscal, definido pelo Estatuto da Terra, compreende a extensão de terras rurais, mínima, suficiente e necessária, de acordo com as especificidades da região, para que o proprietário e sua família desenvolvam a atividade econômica inerente ao campo, não há razão para se adotar o conceito de pequena propriedade rural constante da Lei n. 8.626/93 (voltado à desapropriação para fins de reforma agrária), o qual simplesmente multiplica em até quatro vezes a porção de terra que se reputa mínima e suficiente;

VII - Recurso Especial improvido.

(REsp 1007070/RS, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/08/2010, DJe 01/10/2010) - grifo nosso

No caso, o Tribunal de local, ao analisar a controvérsia, assim decidiu acerca da impenhorabilidade da propriedade rural (fl. 490/493, e-STJ):

No presente caso, resta incontroverso o fato de que o referido imóvel se constitui como pequena propriedade rural, levando-se em conta o tamanho do módulo fiscal para a região de Toledo.

De acordo com o Anexo a Instrução Especial INCRA nº 20/80 - Tabela de Dimensões do Módulo Fiscal por Município (fls. 418-TJ), observa-se que Módulo fiscal para a cidade de Toledo é de 18 hectares.

Ademais, em consulta ao site do IAP (www.iao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo), verifica-se que 1 (um) hectare equivale a 10.000 metros quadrados, o módulo fiscal (ha) para a cidade de Toledo é de 18 (ha) e a área de 4 módulos fiscais (ha), é de 72 (ha).

Quatro módulos fiscais corresponde à 72 hectares, ou seja, à 720.000 metros quadrados. Assim, o imóvel em apreço, que possui área de 315.934 metros quadrados, é inferior à quatro módulos rurais, o que o classifica como pequena propriedade rural.

O caderno probatório demonstra que o agravante se dedica, juntamente, com sua família, à suinocultura, conforme Notas Fiscais de Produtor (páginas 202/203/204-Tj), sem o prejuízo, do entendimento jurisprudencial, de que, em pequena propriedade rural, presume-se que a mesma seja trabalhada pela família.

(...)

Desse modo, reconhece-se a impenhorabilidade absoluta do imóvel em apreço, uma vez que possui área inferior à **quatro módulos rurais**, ou seja, é considerado pequena propriedade rural, além, do Agravante trabalhar com seus familiares, a fim de obter o sustento familiar.

Por oportuno, confira-se o quanto deliberado pelo magistrado *a quo* ao estabelecer a penhora sobre 1 (um) alqueire de terra da propriedade com o total de 13 (treze) alqueires:

Na hipótese, a propriedade do devedor é uma área de terras rurais de 13

Superior Tribunal de Justiça

(treze) alqueires, localizada em região agrícola de alta valorização, sobre a qual ainda é desenvolvida a atividade de suinocultura em parcerias com empresas da região que prescinde de grande área de terras.

Ambas as atividades, seja puramente agrícola em 12 (doze) alqueires de terras rurais, seja a atividade de suinocultor, são aptas de, por si só, gerarem renda suficiente para manutenção do Executado e de seus familiares, assegurando-se, ainda, sua residência.

Desse modo, afigura-se impositiva a reforma do acórdão recorrido, que está em dissonância com a jurisprudência desta Corte Superior, segundo a qual para efeitos de impenhorabilidade, a pequena propriedade rural é aquela que **não seja superior a um módulo fiscal da região**.

2. Do exposto, reconsidero a decisão de fls. 710/713, e-STJ, tornando-a nula. Prosseguindo à análise do feito, dou provimento ao recurso especial, com amparo no artigo 932 do NCPC c/c súmula 568/STJ, para reformar o acórdão recorrido e restabelecer a penhora definida na deliberação monocrática.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de março de 2020.

MINISTRO MARCO BUZZI
Relator